

Entenda a LOA 2025 do Ceará em poucos minutos!

O que é a LOA e por que ela é importante para os cidadãos.





Governador ELMANO DE FREITAS DA COSTA

SECRETÁRIO ALEXANDRE SOBREIRA CIALDINI

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E NAIANA CORRÊA LIMA PEIXOTO

ORÇAMENTO

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE POLÍTICAS SIDNEY DOS SANTOS SARAIVA LEÃO

ESTRATÉGICAS PARA LIDERANÇA

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO INTERNA E JOSÉ GARRIDO BRAGA NETO

GOVERNO DIGITAL

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E ANTONIO ROZIANO PONTE LINHARES **GESTÃO INTERNA**

COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA LUCIANA CAPISTRANO DA FONSÊCA MOURA

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO FRANCISCO AILSON ALVES SEVERO FILHO

EQUIPE DE ELABORAÇÃO ADRIANA ALBUQUERQUE ARRAES FREIRE

> ANTONIA ALBERTINA FERREIRA BESSA CARLOS RONALDO DE SOUSA TEIXEIRA

EVILÁSIO NUNES PEIXOTO

GÓDIVA MARIA SAMPAIO MARTINS JHUAN BRUNO CAMPOS NERES JOSÉ FÁBIO SOUSA DIOGO MARIA CRISTIANE MAIA CAXILÉ MARIA NÁDIA BEZERRA REIS

MÉRCIA MARIA DE MELO PONTE LIMA MARYLAND DE OLIVEIRA MARINHO SILVIA HELENA GROSSI CAVALCANTE

EDITORAÇÃO JULIAN MARLOS CARNEIRO LIMA

Apresentação

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é uma lei que mostra como o governo vai usar o dinheiro público ao longo de um ano. Ela é feita pelo Poder Executivo e precisa ser aprovada pelos deputados estaduais.

A LOA define o que é mais importante para o governo fazer e distribui os recursos públicos para áreas como saúde, educação e obras. Isso ajuda a garantir que o dinheiro seja usado com clareza e responsabilidade.

Como o recurso público é limitado e as necessidades das pessoas são muitas, essa lei é fundamental. Ela ajuda o governo a planejar bem e usar os recursos da melhor forma possível.

Por isso, criamos este guia para explicar, de maneira simples e direta, como funciona a LOA do Ceará. Aqui, você vai encontrar informações sobre o orçamento do ano de 2025, com exemplos práticos e um passo a passo. Assim, você poderá entender melhor como o dinheiro público é usado e como participar desse processo.

O que você vai aprender aqui?



O que é a LOA e por que ela 6 importante?

05 O que é a LOA?

Como a LOA é elaborada? 07

09 De onde vem o dinheiro?

Para onde vai o dinheiro? 11

13 Áreas Prioritárias

Indicadores 15

17 Considerações Finais

O que é a LOA e por que ela é importante?



A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o planejamento financeiro do Governo do Estado do Ceará. Ela define quanto o governo vai arrecadar e como esse dinheiro será utilizado para atender às necessidades da população.

Por que você deve entender a LOA?

A LOA afeta diretamente a vida de todos os cearenses! Ela determina quanto será investido em saúde, educação, segurança, infraestrutura e outros serviços essenciais. Saber como o dinheiro público é distribuído ajuda a acompanhar se os recursos estão sendo bem aplicados.

Agora que você já sabe a importância da LOA, vamos seguir para os próximos tópicos e entender melhor como esse planejamento funciona!

Fique atento: O orçamento é um direito de todos. Acompanhar e fiscalizar é fundamental para garantir um uso eficiente dos recursos públicos!

O que é a LOA? (Definição)



A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o instrumento legal que detalha como o governo estadual arrecadará e aplicará os recursos públicos ao longo do ano. Ela estabelece prioridades e define a destinação do dinheiro para diferentes áreas, garantindo que os serviços essenciais sejam mantidos.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do Ceará define com precisão as receitas (valores arrecadados por meio de impostos, taxas, transferências federais e outras fontes) e as despesas (investimentos e custeio de serviços públicos). Dessa forma, assegura o funcionamento da administração estadual dentro de um planejamento financeiro responsável.

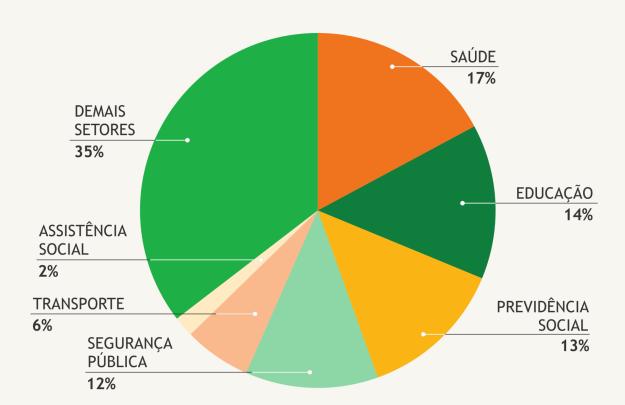
Na peça orçamentária também são definidas as prioridades do governo estadual, ou seja, as áreas que receberão mais atenção e recursos ao longo do ano. Essas prioridades são estabelecidas com base nas demandas da população e nas diretrizes do planejamento governamental, assegurando que setores fundamentais como educação, saúde, segurança pública e infraestrutura tenham investimentos suficientes para garantir a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Pilares do Orçamento:

- Receita (dinheiro que entra no governo por meio de impostos, taxas e repasses federais);

Para 2025, o orçamento aprovado foi dividido inicialmente da seguinte forma:

Divisão dos Recursos da LOA 2025



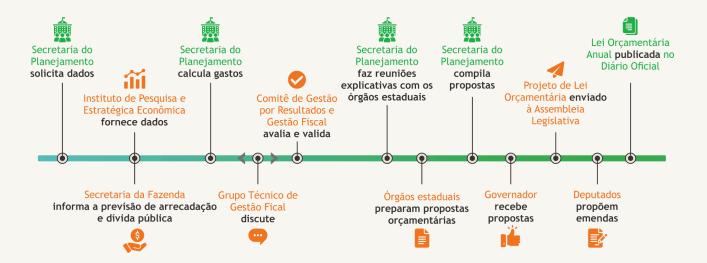
Como a LOA é elaborada? (Passo a Passo)



Antes da publicação da Lei Orçamentária Anual, várias etapas acontecem. Veja quais são:

- A Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag) solicita ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (IPECE) dados econômicos e à Secretaria da Fazenda informações sobre a previsão de arrecadação e o pagamento da dívida pública;
- Ao mesmo tempo, a Seplag projeta as despesas de pessoal, custeio e investimentos, principalmente com recursos do Tesouro;
- 3. O Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (COGERF) avalia e valida esses números, que antes foram discutidos pelo Grupo Técnico de Gestão Fiscal (GTF), grupo este que assessora o COGERF;
- A Seplag faz reuniões com os órgãos estaduais para explicar as regras de como devem montar seus orçamentos, além de informar a quantia de dinheiro público disponibilizada para cada órgão do Estado;
- 5. Cada órgão prepara sua proposta orçamentária, normalmente em agosto.

- 6. A Seplag consolida todas as propostas e apresenta ao Governador;
- 7. O Projeto de Lei Orçamentária é enviado à Assembleia Legislativa;
- 8. Os deputados propõem emendas e as aprovadas são incluídas no projeto;
- 9. A Lei Orçamentária Anual é publicada no Diário Oficial do Estado.



De onde vem o dinheiro?

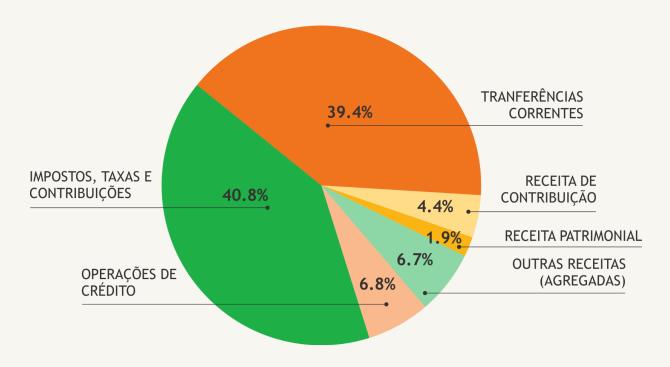
(Fontes de Receita)



Você já se perguntou de onde vem o dinheiro que o governo estadual usa para construir escolas, investir na saúde e manter os serviços públicos funcionando? A arrecadação vem de diferentes fontes, como impostos cobrados dentro do Estado, repasses do governo federal e outras receitas, como multas e concessões. Cada uma dessas fontes tem um papel fundamental no financiamento do orçamento estadual.

O dinheiro que o governo estadual usa vem de diferentes fontes de receita. Uma parte vem da arrecadação própria, ou seja, valores que o próprio estado cobra diretamente. Outra parte vem de transferências do governo federal, que repassa recursos para ajudar no orçamento estadual. Além disso, existem outras receitas, como valores arrecadados com multas, taxas, concessões de serviços e até operações de crédito, que são empréstimos feitos pelo governo para investir em projetos e melhorar os serviços públicos.

Divisão dos Receitas da LOA 2025



- Impostos, Taxas e Contribuições: Recursos arrecadados pelo Estado por meio de cobranças obrigatórias, como ICMS, IPVA e taxas sobre serviços públicos.
- Transferências Correntes: Recursos enviados pelo governo federal, como o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e outros repasses para complementar o orçamento estadual.
- Operações de Crédito: Valores obtidos por meio de empréstimos ou financiamentos para investir em obras e projetos.
- Receita de Contribuição: Recursos provenientes de contribuições específicas, como as feitas por servidores.
- Receita Patrimonial: Ganhos com o uso de bens do Estado, como aluguel de imóveis ou juros que recebe quando aplica seu dinheiro.
- Outras Receitas (Agregadas): Incluem multas, venda de bens públicos, amortização de empréstimos e receitas eventuais, como serviços agropecuários.

Para Onde Vai o Dinheiro?

(Tipos de Despesa)

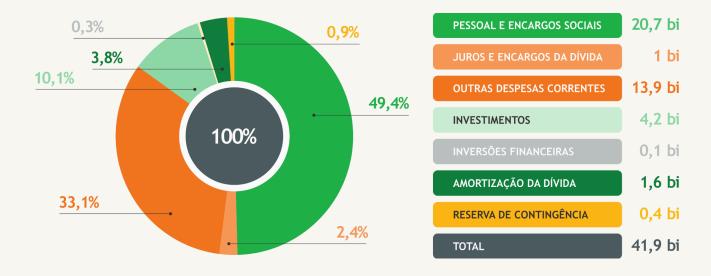


O orçamento do Estado também pode ser organizado por GND (Grupo de Natureza de Despesa), que é uma forma de classificar os gastos de acordo com sua finalidade. Veja abaixo cada GND explicado de maneira simples:

- → GND 31 Pessoal e Encargos Sociais (11): engloba salários dos servidores públicos e custos relacionados, como previdência e benefícios.
- → GND 32 Juros e Encargos da Dívida (♣): trata dos pagamentos de juros e outros custos referentes a dívidas assumidas pelo Estado.
- GND 33 Outras Despesas Correntes (): cobre gastos para manter o funcionamento diário dos serviços públicos, como compra de materiais, pagamento de contas e contratos de manutenção.
- → GND 44 Investimentos (***): são recursos aplicados em obras, aquisição de equipamentos e melhorias na infraestrutura pública.
- GND 45 Inversões Financeiras (1): envolve a compra de imóveis, participação em empresas ou outras aplicações de capital para atender ao interesse público.

- GND 46 Amortização da Dívida (s): corresponde aos pagamentos que reduzem o valor principal das dívidas, contribuindo para o equilíbrio das contas.
- → GND 99 Reserva de Contingência (***): reserva destinada a cobrir despesas imprevistas ou emergenciais, funcionando como um "fundo de segurança" no orçamento.

Para **2025**, os gastos previstos inicialmente estão distribuídos da seguinte forma, conforme a classificação acima:



Áreas Prioritárias



A LOA 2025, que é a Lei Orçamentária Anual para o ano de 2025, garante que uma parte significativa do orçamento seja investida em áreas que fazem a diferença no nosso dia a dia, como saúde, educação, infraestrutura e segurança. Esses recursos são fundamentais para melhorar os serviços públicos e atender às necessidades reais da população, ajudando a construir um estado mais justo e sustentável.

Essas áreas foram definidas como **prioritárias** na LOA 2025 por atenderem diretamente às necessidades da população e por representarem, em grande parte, os principais **gastos sociais do Estado**, como saúde, educação e assistência.

Ao destinar recursos para essas áreas prioritárias, o governo não só resolve problemas imediatos, mas também trabalha para trazer melhorias a longo prazo para todos nós. Em outras palavras, a LOA 2025 demonstra um compromisso sério em investir onde realmente se precisa. Dentre as áreas prioritárias destacam-se:

ÁREAS PRIORITÁRIAS / DESTAQUES LOA 2025

SAÚDE 7,3 bi Construção de Hospitais • Estruturação de Unidades de Saúde (Hospitais e CEOs) **EDUCAÇÃO** 5,7 bi • Estruturação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral Estruturação de campi universitários PREVIDÊNCIA SOCIAL 5,6 bi • Pagamento dos benefícios de Aposentados e Pensionistas. SEGURANÇA PÚBLICA 5,1 bi Manutenção dos serviços de videomonitoramento. • Construção do Batalhão da PM. ASSISTÊNCIA SOCIAL 0,8 bi • Execução do Programa Cartão Mais Infância. • Execução do Programa Cartão Alimentação.

Indicadores



O Estado precisa cumprir indicadores que avaliam a qualidade dos serviços públicos, garantindo que áreas essenciais sejam bem cuidadas. Esses indicadores, estabelecidos na Constituição e em leis, ajudam a medir se o governo está atingindo as metas necessárias para o bem-estar da população.

Na saúde, o governo deve oferecer serviços de qualidade e facilitar o acesso aos tratamentos; em se Educação, é essencial proporcionar um ensino que prepare as pessoas para os desafios do dia a dia; e em se Ciência e Tecnologia, investir em inovação é fundamental para trazer soluções que melhorem nossa rotina.

Cumprir essas normas estabelecidas nas leis, ajuda a construir uma sociedade mais justa e preparada para o futuro. Cuidar dessas áreas garante que todos tenham acesso aos direitos básicos e possam viver melhor, com mais oportunidades e recursos para o desenvolvimento do Estado.

Então, para 2025, seguindo as regras da Constituição e de outras leis, foram previstos:

	Educação	Previsto - R\$	> %
		8,60 Bi	25,9%
	Mínimo	8,30 Bi	25%
	Saúde	Previsto - R\$	%

5,70 Bi

4,00 Bi

17,3%

12%

	Ciência e	Previsto - R\$	%
	Tecnologia	0,60 Bi	3,7%
	Mínimo	0,30 Bi	2%

Mínimo

É importante lembrar que o Estado também acompanha e cumpre outros indicadores. Alguns exemplos são: a meta de quanto deve ser investido, o limite de gastos com os servidores em relação aos recursos públicos que o Estado arrecada, e o teto de gastos, que é o valor máximo permitido para as despesas.

Considerações Finais

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é uma ferramenta essencial para garantir que o dinheiro público seja aplicado de forma eficiente e nas áreas que mais impactam a vida das pessoas. Ela permite que o governo priorize as necessidades da população, destinando recursos para setores como saúde, educação, infraestrutura e outros serviços importantes para o bem-estar social.

Além disso, a LOA serve como um guia para o acompanhamento de como esse dinheiro está sendo gasto ao longo do ano. Com ela, é possível avaliar e monitorar a execução orçamentária, identificando se os recursos estão sendo aplicados conforme o planejado. Isso também permite que o governo faça os ajustes necessários durante o ano, buscando sempre melhorar a gestão dos recursos públicos.

Este documento tem o intuito de esclarecer a população, em uma linguagem simples, como os recursos públicos do Estado foram planejados para o ano de 2025, apresentando sua distribuição nas mais diversas políticas públicas priorizadas pelo Estado.

O texto da Lei Orçamentária Anual 2025 e todos os seus volumes estão disponíveis para consulta em:

https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-lei-orcamentaria-anual/lei-orcamentaria-anual-2025/.

Nele, você encontra informações detalhadas sobre as receitas e despesas previstas para o ano, de forma clara e acessível.

Além disso, qualquer cidadão pode acompanhar a execução orçamentária de 2025 durante todo o exercício pelo site:

https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Paginas/frm consulta e xecucao.aspx.

Essa transparência permite que todos fiquem informados sobre como os recursos estão sendo aplicados.